

**DECOMTEC**

**Departamento de Competitividade e Tecnologia**

# **CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARA O EQUILÍBRIO FISCAL DO PAÍS**

**José Ricardo Roriz Coelho**

*Vice Presidente da FIESP*

*Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC*

*Fevereiro / 2015*

**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP****PRESIDENTE**

Paulo Skaf

**Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC****DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

**DIRETOR TITULAR ADJUNTO**

Pierangelo Rossetti

**DIRETORES:**

Almir Daier Abdalla  
Cassio Jordão Motta Vecchiatti  
Cláudio Grineberg  
Cláudio Sidnei Moura  
Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)  
Denis Perez Martins  
Eduardo Berkovitz Ferreira  
Eduardo Camillo Pachikoski  
Elias Miguel Haddad  
Fernando Bueno  
Francisco Florindo Sanz Esteban  
Jorge Eduardo Suplicy Funaro  
Luiz Carlos Tripodo  
Manoel Canosa Miguez  
Marcelo José Medela  
Marco Aurélio Militelli  
Mario William Esper  
Mauricio Marcondes Dias de Almeida  
Olívio Manuel de Souza Ávila  
Rafael Cervone Netto  
Robert William Velásquez Salvador (Representante do CJE)  
Ronaldo da Rocha  
Tarsis Amoroso  
Walter Bartels

**EQUIPE TÉCNICA – Departamento de Competitividade e Tecnologia****GERENTE**

Renato Corona Fernandes

**EQUIPE TÉCNICA**

Adriano Giacomini Moraes  
Albino Fernando Colantuono  
André Kalup Vasconcelos  
Caio de Paiva Garzeri  
Célia Regina Murad  
Daniele Nogueira Milani  
Débora Bellucci Modolo  
Egídio Zardo Junior  
Érica Marques Mendonça  
Fernando Momesso Pelai  
Juliana de Souza  
Luís Menon José  
Luiz Fernando Castelli  
Paulo Sergio Pereira da Rocha  
Silas Lozano Paz  
Vinicius Rena Pereira

**Estagiários**

Gustavo Manzotti Simões

**Apoio**

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores  
e-mail: [cdecomtec@fiesp.net](mailto:cdecomtec@fiesp.net)

Apresenta

O presente trabalho foi realizado a partir de alguns questionamentos levantados diante da situação atual das contas públicas do governo federal. O trabalho tenta responder alguns desses questionamentos, sendo:

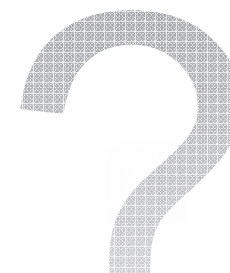
***Quem é penalizado com o aumento de tributos sobre produtos industriais?***

***Qual a contribuição da indústria de transformação para a arrecadação de tributos?***

***Existe equidade tributária entre os setores da economia?***

***A desindustrialização interfere na arrecadação de tributos?***

***Qual seria o impacto sobre a arrecadação se a desindustrialização brasileira não tivesse sido tão intensa?***



A superação da atual situação fiscal do país **é condição necessária, porém não única**, para a retomada do crescimento econômico em condições sustentáveis. O equilíbrio fiscal deve ser buscado com medidas que proporcionem um ambiente econômico mais favorável à competitividade da produção nacional no mercado interno e no mercado internacional.

Um **maior crescimento da indústria de transformação nacional** no primeiro governo Dilma (2011-2014) **poderia ter gerado 58% da meta de superávit primário** de 2014, conforme estabelecido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), sem a necessidade dos ajustes realizados pelo governo no final de 2014.

Entretanto, o desempenho da indústria de transformação brasileira – em todos os seus subsetores – nesse período foi o **mais baixo desde a implantação do Real**, com uma taxa real de crescimento de **-0,73% a.a.** Esse desempenho se deve, em grande medida, pela deterioração das condições de competitividade do ambiente doméstico, essencialmente o desalinhamento do real e a persistência dos fatores do “Custo Brasil” (elevada burocracia e carga tributária, alto custo do crédito, dentre outros).

O equilíbrio fiscal do país através do **aumento de tributos sobre produtos industriais é estratégia equivocada**, pois reduz a competitividade da produção nacional e **penaliza com maior grau as famílias de menor renda**: 24% da renda das famílias com renda de até R\$ 830 reais são gastos com tributos embutidos nos preços dos produtos industriais, enquanto, nas famílias com renda entre R\$ 6.225 e R\$ 10.375, os tributos embutidos no consumo de produtos industriais representam 13% da renda.



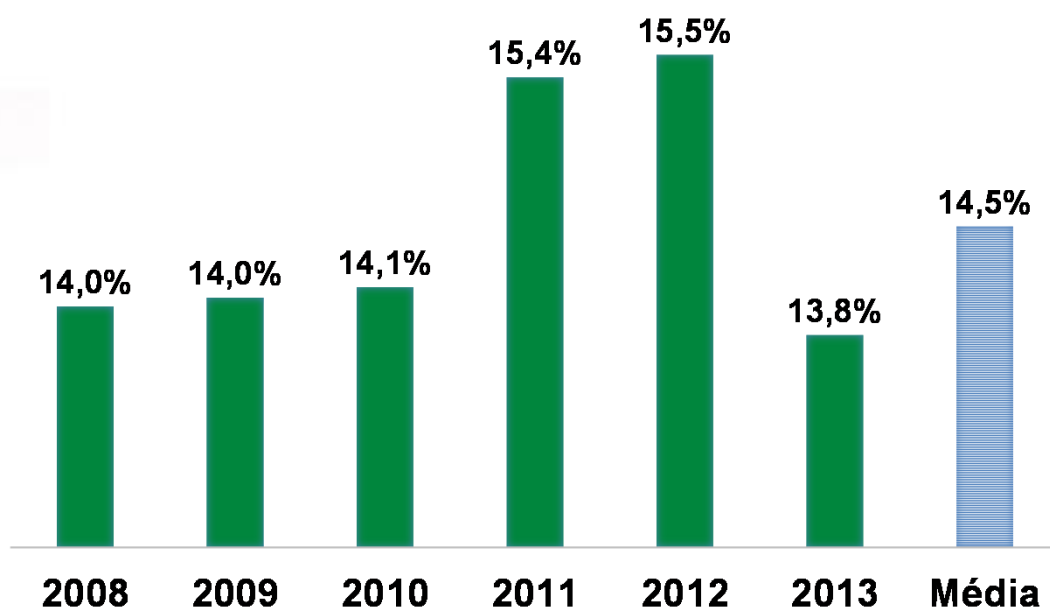
**A indústria de transformação brasileira tem tributação  
isonômica com relação aos principais parceiros  
comerciais do país?**



**Não, pois a tributação é maior no Brasil e eleva o preço do produto industrial nacional em 14,5%, em média, ante os principais parceiros<sup>1</sup> comerciais do país**



**Diferencial de preço ante os principais parceiros<sup>1</sup> comerciais, oriundo do excesso de carga tributária e de burocracia para pagar tributos (2005-2013)**



Fonte: Custo Brasil na Indústria de Transformação. DECOMTEC/FIESP

- A tributação (carga tributária e a burocracia para pagar tributos) é **mais elevada no Brasil** do que nos seus principais parceiros<sup>1</sup> comerciais.
- A diferença entre a tributação do Brasil e a dos seus principais parceiros<sup>1</sup> comerciais é responsável por um acréscimo de 14,5%, em média, sobre os preços dos produtos industriais brasileiros.

Nota:

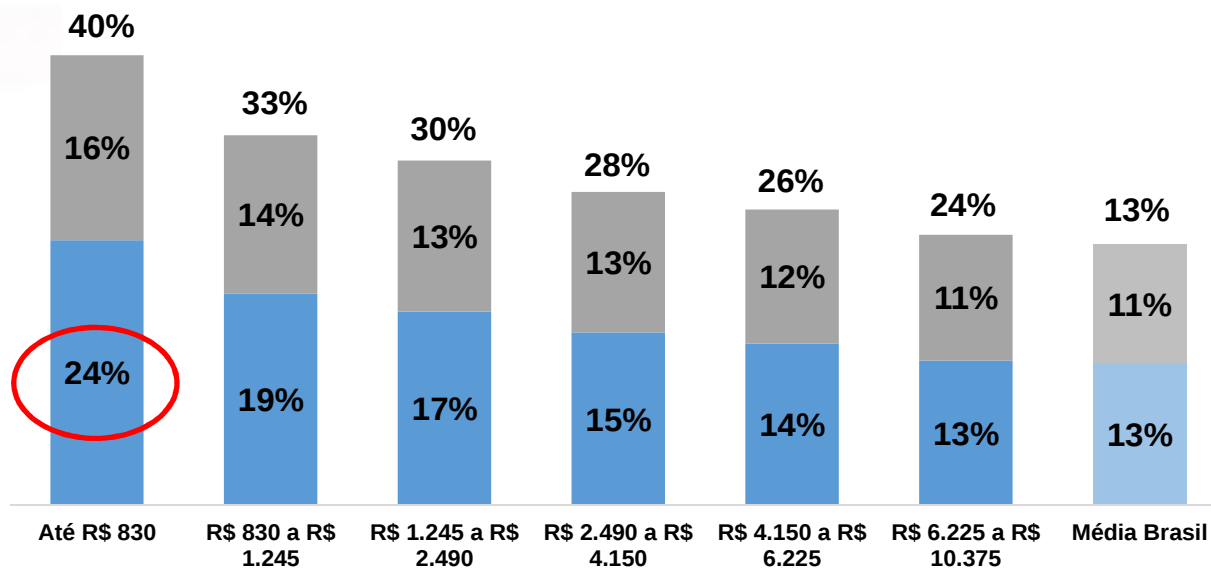
(1) Grupo de países que respondem por cerca de 75% da pauta de importação brasileira de produtos industrializados: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça.

***Quem é penalizado com o aumento de tributos sobre produtos industriais?***

# Os tributos sobre os bens industriais prejudicam mais as famílias de menor renda, resultado da regressividade do sistema tributário brasileiro

## Peso dos tributos no consumo das famílias por classes de renda (% da renda<sup>1</sup>)

■ Tributos Bens Industriais  
■ Tributos demais bens e serviços



- Os **tributos** sobre os bens industrializados<sup>2</sup> **consomem 24% da renda das famílias** que recebem até R\$ 830,00.
- As **famílias das classes de renda mais baixas são as que mais sofrem com eventuais aumentos de tributos** sobre produtos industrializados, pois consomem mais bens industrializados do que serviços.

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2008). Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

1 Renda: Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar.

2 :Alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza, roupas, eletrodomésticos, móveis, dentre outros

Portanto, o aumento de tributos sobre produtos industriais pode ter como principais consequências...

- Aumento do diferencial de preço do produto nacional ante o produto dos principais parceiros comerciais do país, deteriorando, ainda mais, a competitividade da produção nacional, tanto no mercado doméstico como no mercado internacional;
- Maior penalização ao consumo das famílias de menor renda.

***Qual a contribuição da indústria de transformação para a arrecadação de tributos?***

De 2005 a 2013, a Indústria de Transformação respondeu, em média, por **33% da arrecadação de tributos**<sup>1</sup>.

- A Indústria de Transformação é o setor com a **maior participação na arrecadação de tributos**<sup>1</sup>
  - o em 2013, respondeu por 31,2% da arrecadação de tributos, embora representasse 13,1% do PIB.
- A Indústria de Transformação e o Comércio têm participações no PIB muito próximas (13,1% e 12,7%, respectivamente). No entanto, **a Indústria recolhe 1,6 vezes do valor de tributos do Comércio**, o segundo setor mais relevante para a arrecadação.

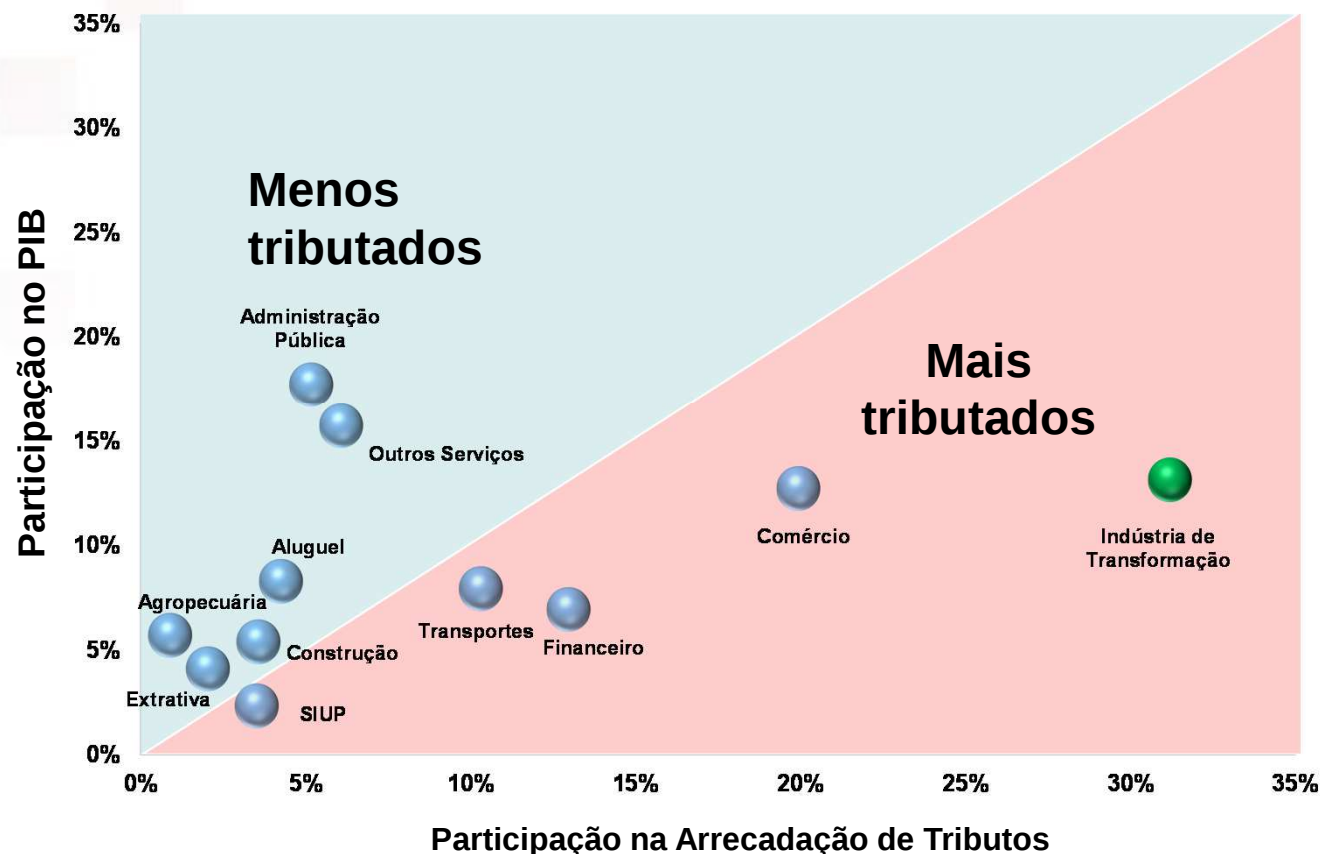
### Participação setorial na arrecadação de tributos e no PIB – 2013

| Setores                                                         | Participação na Tributação | Participação no PIB |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------|
| <b>Indústria Transformação</b>                                  | <b>31,2%</b>               | <b>13,1%</b>        |
| Comércio                                                        | 19,9%                      | 12,7%               |
| Intermediação financeira e seguros                              | 13,0%                      | 6,9%                |
| Transporte, armazenagem, correio e Informação e Comunicação     | 10,3%                      | 7,9%                |
| Demais serviços: educação, saúde, artes, cultura, esporte, etc. | 6,1%                       | 15,7%               |
| APU, educação pública e saúde pública                           | 5,2%                       | 17,7%               |
| Serviços imobiliários e aluguel                                 | 4,3%                       | 8,3%                |
| Construção Civil                                                | 3,6%                       | 5,4%                |
| Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana               | 3,5%                       | 2,3%                |
| Indústria Extrativa                                             | 2,0%                       | 4,1%                |
| Agropecuária                                                    | 0,9%                       | 5,7%                |

***Existe equidade tributária entre os setores da economia?***

**Não há equidade tributária entre os setores e a Indústria de Transformação é o setor mais tributado.**

## Participação dos setores na tributação e no PIB, 2013



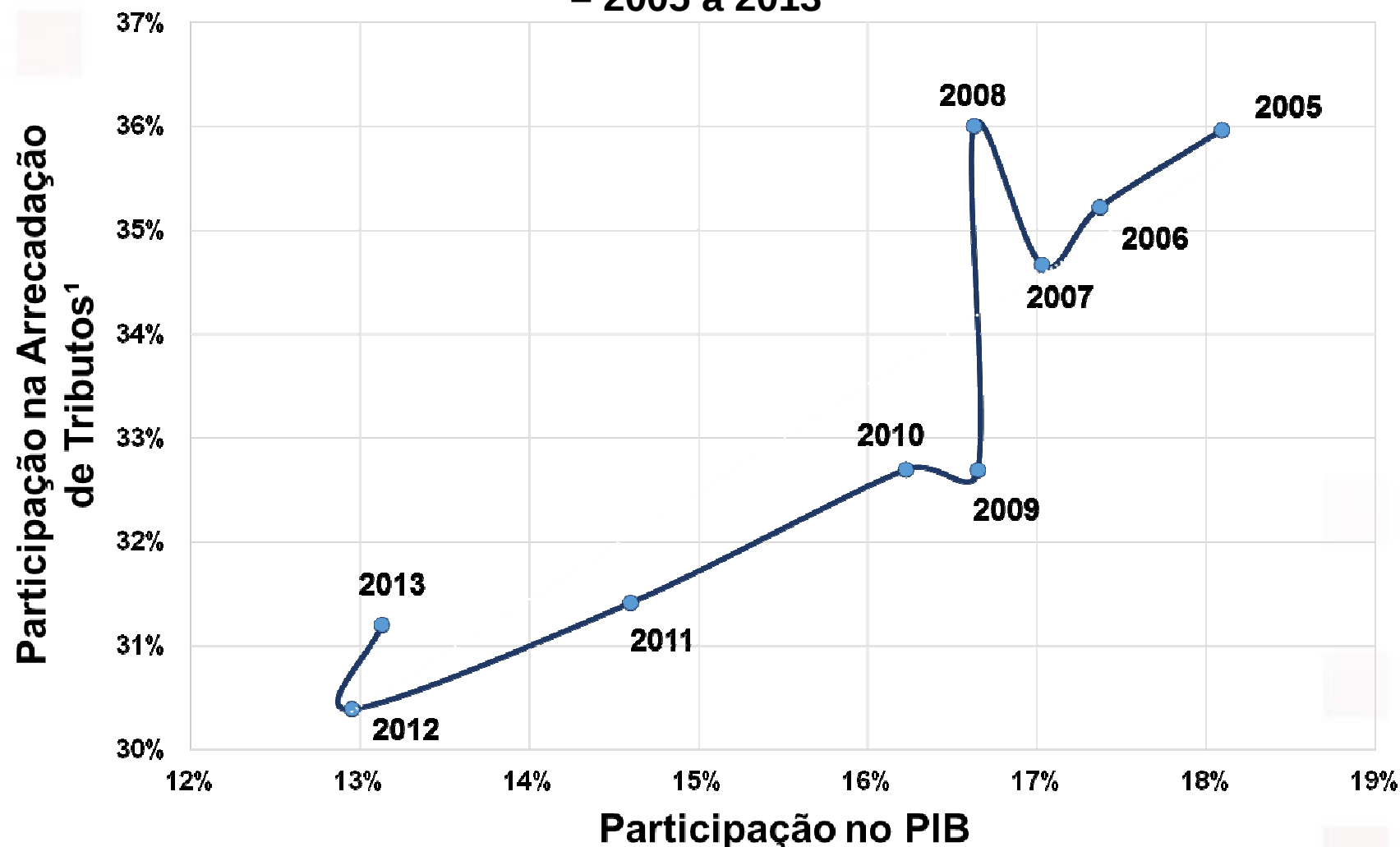
**Por que a tributação é maior na Indústria de Transformação?**

- Setor mais formalizado e concentrado;
- Tem cadeia produtiva mais longa e, por isso, sofre incidência de todos os tipos de tributos.

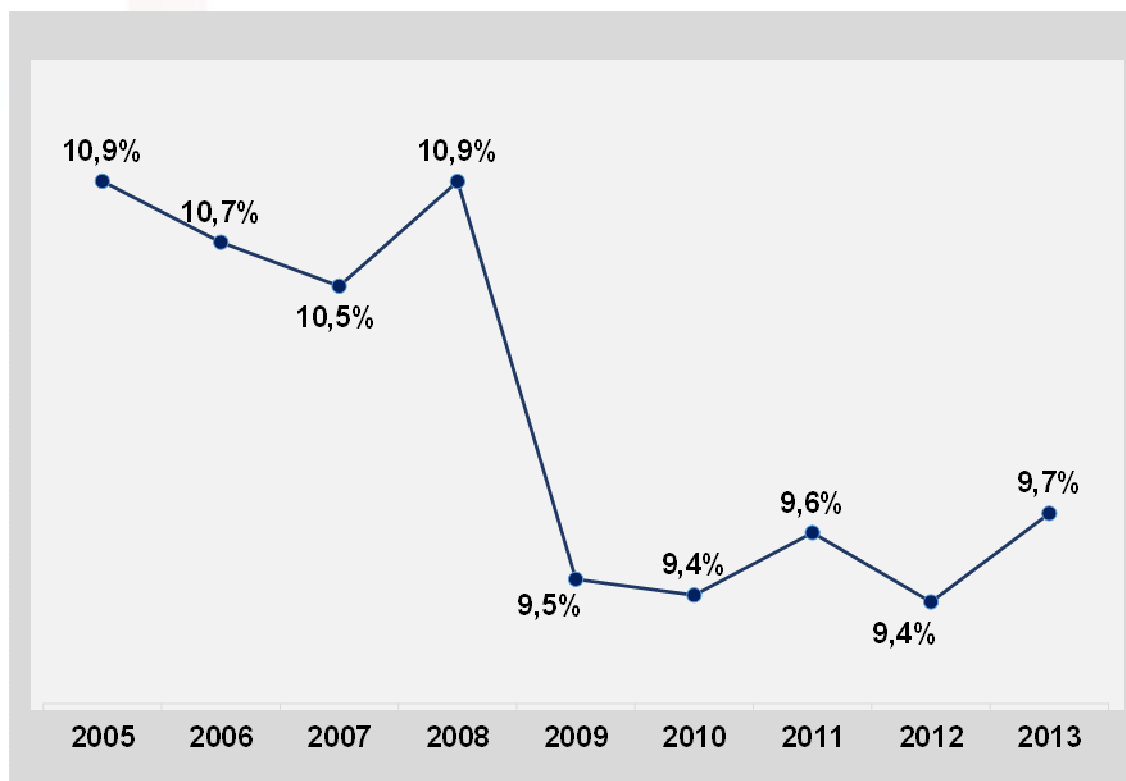
***A desindustrialização interfere na arrecadação de tributos?***

Por ser a indústria o setor mais importante na arrecadação, a desindustrialização reduz a arrecadação de tributos

## Participação da Indústria de Transformação no PIB e na Arrecadação de Tributos – 2005 a 2013



## Receita tributária da Indústria de Transformação em % PIB do Brasil – 2005 a 2013



- Apesar de a Indústria de Transformação ser o setor que mais recolhe tributos, a receita tributária obtida com o setor em relação ao PIB do país **está caindo**, um  **sinal de que a desindustrialização afeta as contas públicas**.
- As receitas tributárias provenientes da indústria passaram de 10,9% para 9,7% do PIB, entre 2005 e 2013.
- De 2005 a 2008, os tributos recolhidos pela indústria representavam, em média, 10,7% do PIB. E, de 2009 a 2013, os tributos recolhidos pela indústria representaram 9,5% do PIB.
- Houve, portanto, entre os dois períodos, uma perda de 1,2% do PIB, na média, em tributos devido à desindustrialização.

Fonte: RFB, Confaz, CEF, IBGE. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

\* Tributos Federais (inclusive Previdência Social e FGTS) e ICMS.



**O Brasil tem nível de participação da indústria de transformação no PIB semelhante ao nível que tem os principais parceiros<sup>1</sup> comerciais do país?**



(1) Grupo de países que respondem por cerca de 75% da pauta de importação brasileira de produtos industrializados: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça.

Em 2012, em relação ao PIB, o **Brasil teve uma indústria de transformação menor** do que o tamanho observado, em média, nos seus principais parceiros<sup>1</sup>: são 4% de PIB a menos de indústria no Brasil

Participação da Indústria de Transformação no PIB - Brasil e seus principais parceiros<sup>1</sup> comerciais - 2012



(1) grupo de países que respondem por 75% da pauta de importação brasileira de produtos industrializados

Fonte: ONU e Banco Mundial. Elaboração: Decomtec/FIESP

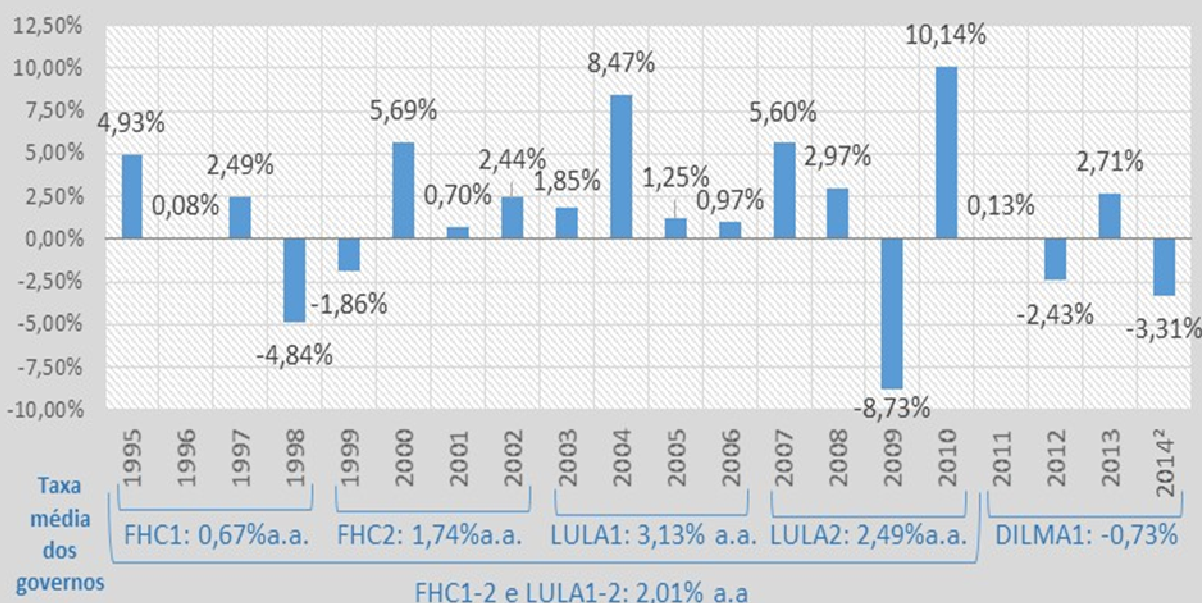
- A desindustrialização da economia brasileira ocorreu de forma antecipada:
  - Ocorreu em um nível de renda per capita nacional muito abaixo do nível de economia avançada;
- Ocasionada, principalmente, pelo elevado e persistente “Custo Brasil” e pela valorização do real.
- Segundo estimativas Decomtec-FIESP, em 2014 o nível de participação do setor no PIB **será ainda menor: 12,5%**

(1) Grupo de países que respondem por cerca de 75% da pauta de importação brasileira de produtos industrializados: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça.

# No período 2011-2014 a Indústria de Transformação obteve o pior desempenho de seu PIB<sup>1</sup> desde a implantação do Real

- No período do primeiro governo Dilma (de 2011 a 2014), a taxa real média de crescimento anual do PIB<sup>1</sup> do setor foi de **-0,73%a.a.**, isto é, houve **perda de PIB industrial**.
- No período que abrange desde o primeiro governo FHC até o segundo governo Lula (de 1995 até 2010), **período marcado por crises externas e internas**, a taxa real média de crescimento anual do PIB<sup>1</sup> da indústria de transformação foi de **2,01%a.a.**
- Dessa forma, a participação do setor no PIB caiu do nível médio de 17% entre 1995 e 2010 para **12,5% em 2014** (média de 13% entre 2011-2014);

Variação Real Anual do PIB<sup>1</sup> da Indústria de Transformação (var. %)



Fonte: Ipeadata; IBGE. FIESP. Elaboração: Decomtec-FIESP. (1) Valor Adicionado, proxy do PIB. (2) Estimativa Decomtec-FIESP.

Participação da Indústria de Transformação no PIB - Brasil (em % do PIB)



(e) estimativa com base no PIB Trimestral - IBGE. Fonte: Sistema de Contas Nacionais - IBGE. Elaboração: Decomtec-FIESP.



***Qual seria o impacto sobre a arrecadação se a desindustrialização brasileira não tivesse sido tão intensa?***



Um melhor desempenho da indústria no período 2011-2014 teria contribuído para uma melhor situação fiscal do governo no momento atual



- Se o crescimento da indústria tivesse sido de 2,0% ao ano, entre 2011 e 2014, semelhante ao que foi entre 1995 e 2010, **a arrecadação tributária do governo, em 2014, seria R\$ 67 bilhões mais elevada** do que o observado, valor equivalente a:
  - **58% da meta do superávit primário estabelecido na LDO 2014 (R\$ 116 bilhões);**
  - **1,3% do PIB estimado para 2014.**
- Nesse cenário, **a participação da indústria no PIB teria se mantido na ordem de 16%**, contendo a intensificação da desindustrialização observada nesse período
  - vale observar que esse é o nível médio de participação da indústria de transformação no PIB dos principais parceiros<sup>1</sup> comerciais do país.

(1) Grupo de países que respondem por cerca de 75% da pauta de importação brasileira de produtos industrializados: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Suíça.

Em 2015 a arrecadação tributária poderia ser **R\$ 72 bilhões maior** se não fosse o atual nível de desindustrialização do país



- Para 2015 estimativas (FIESP e Boletim FOCUS) apontam para uma estagnação no crescimento do PIB Total.
- Para o PIB da indústria de transformação, a estimativa é de queda da ordem de 1,0%.
- Assumindo o cenário hipotético, em que a indústria de transformação tivesse um crescimento médio anual de 2,0% entre 2011 e 2015, **com participação de 16% no PIB**, a arrecadação tributária do governo em 2015 teria um **acréscimo de R\$ 72 bilhões**, valor equivalente a:
  - **1,3% do PIB estimado, acima da meta do superávit primário estabelecido para 2015 (R\$ 66 bilhões ~ 1,2% do PIB).**
- Portanto, um crescimento mais robusto da indústria no período 2011-2014 teria gerado uma condição mais favorável ao equilíbrio fiscal do governo em todo o período, sobretudo no momento atual.

*“Diante desse cenário, a indústria não vai admitir, na mais remota possibilidade, um novo aumento de carga tributária.”*

(Paulo Skaf, 19 de janeiro de 2015, Valor Econômico – pág. A10)

- As medidas pretendidas pelo governo para o seu ajuste fiscal **não devem** ser realizadas com base no aumento de tributos;
- Devem ser realizados ajustes nos **gastos não essenciais do governo**;
- Deve-se assegurar a **realização dos investimentos públicos**, tão necessários para a **superação das deficiências estruturais do país**;
- Especificamente quanto a proposta de reforma do PIS/COFINS, o projeto deve objetivar a busca pela sua simplificação, a equidade tributária entre os setores econômicos, um sistema que permita o aproveitamento integral de todos créditos gerados pelo tributo (crédito financeiro) e a desoneração dos investimentos produtivos.
- A indústria somente apoia uma reforma do PIS/COFINS caso essa seja realizada **sem aumento de suas alíquotas efetivas**.